

A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM ESCOLAR NO CONTEXTO DA BNCC – BASE NACIONAL CURRICULAR COMUM

Maria de Fátima Reis dos Santos Lemos¹
Natália Teodora de Jesus²
Carla Bianca Pereira de Castro³
Letícia Aparecida Ribeiro da Silva Morais⁴

RESUMO

O presente artigo é parte da pesquisa A Avaliação Escolar no Ensino Médio da Rede Estadual de Educação de Goiás no Contexto da BNCC – Base Nacional Curricular Comum, realizada entre 2019 e 2021. É uma revisão bibliográfica da investigação que analisa as diretrizes propostas na BNCC - Base Nacional Curricular Comum, para o processo avaliativo escolar brasileiro, buscando compreender o que mudou na prática com o advento da Base. Tem como fontes, alguns documentos legais como a própria Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018); as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (BRASIL, 2018); o Guia de Implementação da BNCC (BRASIL, 2020); a Lei nº 9394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996); a Lei nº 13.415/2017, que atualiza Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 2017); o Documento Curricular para Goiás Etapa Ensino Médio (GOIÁS, 2021); e o Documento Orientador dos Itinerários Formativos e Trilhas de Aprofundamento do Novo Ensino Médio (GOIÁS, 2022). Tem como objetivo conhecer

¹ Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Goiás (UEG - Pires do Rio) - 2010; Especialista em Docência Universitária pela Faculdade Gama Filho - 2010; Especialista em Planejamento Educacional e Políticas Públicas pela Faculdade Gama Filho - 2012; Mestranda em Ciências da Educação pela FICS - 2022 fatimarscarvalho@hotmail.com

² Graduada em Língua Portuguesa pela Universidade Estadual do Goiás (UEG) - 1998; Especialista em Atendimento Educacional Especializado pela Universidade Cândido Mendes - 2014; Especialista em Tecnologia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica (PUC - Rio de Janeiro) – 2010; Especialista em Processo de Ensino Aprendizagem pela Faculdade de Educação de São Luís (Jaboticabal – Rio de Janeiro) - 2002; Especialista em Orientação Educacional pela Universidade Salgado de Oliveira – 2003; Mestranda em Ciências da Educação pela FICS - 2022 - nataliateodora@hotmail.com

³ Graduada em Letras pela Universidade Estadual de Anápolis – 1998; Especialista em Docência no Ensino de Língua, leitura e literatura pela Universidade Estadual do Goiás (UEG) – 2001, Mestranda em Ciências da Educação pela FICS - 2022 – carlabpc@gmail.com

⁴ Graduada em Pedagogia pela CESUC (Catalão) – 2000; Graduada em Matemática pela Universidade Estadual do Goiás (UEG) - 2007; Especialista em Psicopedagogia pela Universidade Cândido Mendes - 2005 - Especialista em Coordenação Pedagógica pela Universidade Federal do Goiás (UFG) - 2013; Mestranda em Ciências da Educação pela FICS - 2022 – leticia.pdr@hotmail.com

e compreender as mudanças no processo de avaliação da aprendizagem a partir da implantação da BNCC, e de que forma estas mudanças afetam o processo avaliativo e impactam na práxis pedagógica. Para alcançar esse objetivo, a pesquisa norteia-se a partir da seguinte questão: O que muda no processo avaliativo escolar com a implantação da Base Nacional Curricular Comum e qual seu impacto na práxis docente?

Palavras-Chave: Avaliação Escolar. Aprendizagem. BNCC. Educação.

ABSTRACT

This article is part of the research School Assessment in Secondary Schools in the Goiás State Education Network in the Context of the BNCC - National Common Curriculum Base, carried out between 2019 and 2021. It is a bibliographic review of the research that analyzes the guidelines proposed in the BNCC - Common National Curriculum Base, for the Brazilian school evaluation process, seeking to understand what has changed in practice with the advent of the Base. Its sources are some legal documents such as the National Common Curriculum Base itself (BRASIL, 2018); the National Curriculum Guidelines for Secondary Education (BRASIL, 2018); the BNCC Implementation Guide (BRASIL, 2020); Law No. 9394/96 - National Education Guidelines and Bases Law (BRASIL, 1996); Law No. 13. 415/2017, which updates the Education Guidelines and Bases Law (BRASIL, 2017); the Curriculum Document for Goiás High School Stage (GOIÁS, 2021); and the Guiding Document for the Formative Itineraries and Deepening Paths of the New High School (GOIÁS, 2022). Its aim is to understand the changes in the learning assessment process since the implementation of the BNCC, and how these changes affect the assessment process and impact on pedagogical praxis. To achieve this goal, the research is based on the following question: What changes in the school assessment process with the implementation of the Common National Curriculum Base and what is its impact on teaching praxis?

Keywords: School assessment. Learning. BNCC. Education.

RESUMEM

Este artículo forma parte de la investigación Evaluación Escolar en las Escuelas Secundarias de la Red de Educación del Estado de Goiás en el Contexto del BNCC - Base Curricular Nacional Común, realizada entre 2019 y 2021. Se trata de una revisión bibliográfica de las investigaciones que analizan las directrices propuestas en el BNCC - Base Curricular Nacional Común, para el proceso de evaluación escolar brasileño, buscando comprender lo que ha cambiado en la práctica con la llegada de la Base. Sus fuentes son algunos documentos legales como la propia Base Curricular Nacional Común (BRASIL, 2018); las Directrices Curriculares Nacionales para la Educación Secundaria (BRASIL, 2018); la Guía de Implementación del BNCC (BRASIL, 2020); la Ley N ° 9394/96 - Ley de Directrices y Bases de la Educación Nacional (BRASIL, 1996); la Ley N ° 13. 415/2017, que actualiza la Ley de Directrices y Bases de la Educación (BRASIL, 2017); el Documento Curricular de la Etapa de la Enseñanza Media de Goiás (GOIÁS, 2021); y el Documento Orientador de los Itinerarios de

Formación y Trayectorias de Profundización de la Nueva Enseñanza Media (GOIÁS, 2022). Su objetivo es comprender los cambios en el proceso de evaluación del aprendizaje desde la implementación del BNCC, y cómo estos cambios afectan el proceso de evaluación e impactan en la praxis pedagógica. Para lograr este objetivo, la investigación se basa en la siguiente pregunta: ¿Qué cambios se producen en el proceso de evaluación escolar con la implementación de la Base Curricular Nacional Común y cuál es su impacto en la praxis pedagógica?

Palabras clave: Evaluación escolar. Aprendizaje. BNCC. Educación.

1 INTRODUÇÃO

A BNCC – Base Nacional Curricular Comum está sendo implantada em todas as escolas do território nacional, trazendo mudanças significativas na educação brasileira. A BNCC é um documento completo, que corresponde às demandas do estudante contemporâneo. Isso indica que a educação brasileira está iniciando um processo de adequação aos novos tempos, ou seja, passará por mudanças significativas. Essas mudanças apontam para novos desafios que afetam diretamente a sala de aula, inclusive no processo avaliativo escolar.

Dessa forma, é importante conhecer a proposta da BNCC, analisando quais foram as mudanças mais impactantes e de que forma essas mudanças vão interferir na prática avaliativa do professor. Para tanto, foi realizada uma revisão bibliográfica nos principais documentos legais até a BNCC, buscando compreender a nova proposta e quais desafios ela impõe à prática docente.

Uma das mudanças apontadas na BNCC é o ensino fundamentado em habilidades e competências socioemocionais, voltadas a uma educação integral do ser, e não mais em competências cognitivas focadas na aprendizagem de conteúdos curriculares. Diante disso, o processo avaliativo passa a contemplar o desenvolvimento global do aluno, e a depender de instrumentos diversificados que valorizem os aspectos qualitativos. A utilização desses novos instrumentos surge com um desafio aos docentes, que precisam avaliar de forma coerente com a nova demanda.

Se a educação tem como objetivo formar o cidadão para os novos tempos, a forma de avaliar o aluno também deve ser compatível com essa demanda. As diretrizes propostas na BNCC –, vem ampliar e potencializar esses novos rumos. A avaliação escolar precisa se adequar de forma a se tornar um instrumento útil ao

fortalecimento da aprendizagem e do desenvolvimento integral do aluno, não podendo ser meramente uma forma de mensurar o aprendizado de forma quantitativa. Isso implica, inclusive, em mudanças nos sistemas de ensino.

Assim, o objetivo dessa pesquisa foi buscar conhecer e compreender as mudanças no processo de avaliação da aprendizagem a partir da implantação da BNCC, e de que forma estas mudanças afetam o processo avaliativo e impactam na práxis pedagógica. No intuito de alcançar esse objetivo, a pesquisa norteou-se a partir da seguinte questão: O que muda no processo avaliativo escolar com a implantação da Base Nacional Curricular Comum e qual seu impacto na práxis docente?

2 DESENVOLVIMENTO

Um dos aspectos mais importantes da etapa escolar é a avaliação da aprendizagem, que aponta para o nível de desenvolvimento e aprendizagem do estudante, ou seja, ela é o instrumento que determina a aptidão do aluno para a promoção ao ano ou etapa seguinte.

Com a chegada da BNCC – Base Nacional Curricular Comum, novos horizontes surgiram em relação aos processos avaliativos, trazendo novas discussões sobre a avaliação da aprendizagem. Esse importante documento aponta que a avaliação precisa ser um instrumento de fortalecimento da aprendizagem, e não mais apenas uma forma de determinar a promoção ou retenção do aluno.

Esse novo olhar para a avaliação foi indicado na LDB 9394/96, que apontou para a avaliação qualitativa como uma forma mais completa e justa de avaliar, visto que considera os diferentes contextos do aluno.

A BNCC, sugere que ao invés de avaliar competências cognitivas, voltadas para a aprendizagem de conteúdos curriculares, se desenvolva um trabalho focado no desenvolvimento de habilidades e competências, voltadas à gestão das emoções, à autonomia, criatividade, às relações interpessoais, à aprendizagem significativa, etc.

Diante disso, é importante conhecer a proposta da BNCC, e a forma como está sendo inserida na sala de aula e no sistema educativo.

2.1 Sobre a BNCC – Base Nacional Curricular Comum

A BNCC - Base Nacional Curricular Comum, não é um Currículo, mas um documento normativo que estabelece as diretrizes para a educação brasileira a partir

de 2017, quando foi criada. Conforme relatado no documento do Observatório de Educação da Fundação Unibanco:

A Base Nacional Curricular não é um modelo curricular pronto, com normativas específicas, e sim de um guia orientador que estabelece os objetivos de aprendizagem correspondentes a cada etapa escolar, considerando igualmente as particularidades — metodológicas, sociais e regionais — de cada localidade. (INSTITUTO UNIBANCO: 2022, p.1)

Também o Guia de Implementação da BNCC (2020), relata que em 2018 foi homologado o documento final para o Ensino Médio e a partir de 2020, a BNCC do Ensino Médio começou a ser implantada nas escolas de todo o Brasil, após um intenso de trabalho de adequação às peculiaridades de cada estado.

Com a pandemia do novo Corona Vírus, o trabalho de implantação da BNCC nas escolas brasileiras foi atrasado, já que o sistema de aulas remotas limitava e dificultava o fazer docente.

A BNCC está fundamentada nos quatro pilares da educação para o Século XXI, estabelecidos pela UNESCO: Aprender a Conhecer; Aprender a conhecer; Aprender a fazer; Aprender a conviver; e Aprender a Ser, conforme o Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI (1998):

A educação deve organizar-se em torno de quatro aprendizagens fundamentais que, ao longo de toda a vida, serão de algum modo para cada indivíduo, os pilares do conhecimento: aprender a conhecer, isto é adquirir os instrumentos da compreensão; aprender a fazer, para poder agir sobre o meio envolvente; aprender a viver juntos, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas; finalmente aprender a ser, via essencial que integra as três precedentes. (UNESCO, 1998, p. 89-90)

Esse texto se fundamenta na ideia de que a educação não pode estar voltada apenas ao mercado de trabalho, mas à formação de um ser humano mais apto a viver em comunidade, e ser um agente de transformação de seu meio. Assim, a BNCC (2018): “... reconhece que a educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza” (p.8).

2.2 A BNCC e a Avaliação Escolar

O texto da BNCC aponta para educação alicerçada no desenvolvimento de habilidades e competências específicas, e no protagonismo que prepara o aluno para

ser autônomo e resiliente. Sua proposta aponta que, além do conhecimento cognitivo construído pelo aluno, também a avaliação, precisa observar se ele está desenvolvendo habilidades e competências que são importantes para o seu dia a dia. Esse modelo de avaliação busca desenvolver uma análise global e integral do aluno, abrindo a possibilidade de intervenção durante todo o processo. Assim, propõe:

Construir e aplicar procedimentos de avaliação formativa de processo ou de resultado que levem em conta os contextos e as condições de aprendizagem, tomando tais registros como referência para melhorar o desempenho da escola, dos professores e dos alunos” (BRASIL, 2018, p.17).

Isso mostra que a avaliação tem uma atuação ampliada dentro da BNCC, deixando de estar vinculada apenas à dimensão intelectual, conforme relata o texto introdutório da própria BNCC (2018):

[...] a BNCC afirma, de maneira explícita, o seu compromisso com a educação integral. Reconhece, assim, que a Educação Básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva. Significa, ainda, assumir uma visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto – considerando-os como sujeitos de aprendizagem – e promover uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades. (BRASIL, 2018, p.16)

Essa compreensão aponta para a educação integral do estudante, na qual o desenvolvimento do aluno deve acontecer em todos os aspectos, e para isso faz-se necessário a valorização dos aspectos qualitativos e socioemocionais, incentivando a autonomia e o protagonismo. Dessa forma, o novo modelo avaliativo proposto na BNCC precisa ser formativo, para garantir a construção do saber pelo aluno:

O ato avaliativo deve ser entendido como um potente instrumento que confirma sistematicamente a construção das aprendizagens significativas [...] Portanto, a avaliação deve conceber o/a estudante como agente do processo, de forma que participe e se envolva nos processos cotidianos de autoavaliação e regulação das aprendizagens, pois o objetivo final da avaliação será, sempre, sua aprendizagem e desenvolvimento integral. (GOIÁS: 2022, p.19-20)

Essas afirmações mostram que a avaliação que antes objetivava verificar o conhecimento obtido pelo aluno durante o processo, a partir da BNCC amplia-se, passando a regular todo o processo, no qual o aluno é o sujeito de sua aprendizagem. Nesse enfoque, a avaliação precisa ter como objetivo principal uma análise integral,

propondo a observação dos contextos e condições de aprendizagem e promovendo o protagonismo do aluno em situações cotidianas.

Por isso, ao orientar um trabalho que contemple habilidades e competências a BNCC sinaliza que o processo avaliativo não pode mais se limitar a notas, pois, o aluno precisará de competências e habilidades específicas, e “atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho. (BRASIL, 2018, p.8). Essa afirmação reforça que a educação visa a formação global do aluno, preparando-o para a vida.

A BNCC para o Ensino Médio aponta que o processo avaliativo deve ser pautado no uso de metodologias ativas e múltiplos instrumentos que valorizem os avanços e conquistas cognitivas do educando. Isso significa que o processo avaliativo requer um acompanhamento em curto prazo, através de avaliações contínuas, formativas e qualitativas. A autoavaliação também compõe esse modelo, visto que promove o protagonismo e a autonomia do estudante.

Conforme especifica o Documento Orientador dos Itinerários Formativos e Trilhas de Aprofundamento para o Ensino Médio (2022, p. 20), é importante a utilização da “autoavaliação, avaliação por pares, rubricas, entre outras formas que favoreçam a construção de análises e reflexões sobre o percurso formativo, pois auxiliam no desenvolvimento da autonomia e da responsabilidade”.

Essas indicações mostram que o desenvolvimento da autonomia do aluno pode ser determinante em seu processo de aprendizagem. E a avaliação, nesse sentido, mostrará ao professor não apenas o quanto o aluno aprendeu, mas também a qualidade de seu desenvolvimento, dando direcionamento ao professor para aprimorar o processo de ensino-aprendizagem.

Outro ponto importante é a utilização do qualitativo que valoriza todos os aspectos e dimensões da aprendizagem, pois vão além da assimilação de conteúdos, e norteiam o processo avaliativo, apontando mais uma vez para a educação integral.

O processo avaliativo é indissociável das demais etapas do ensino, e é o caminho para mapear os conhecimentos do aluno em relação aos conteúdos aplicados e em relação ao seu desenvolvimento integral, sendo ainda, o principal instrumento que permite ao professor adequar e corrigir as rotas durante o processo.

De acordo com a BNCC do Ensino Médio, o desafio de uma formação integral exige dos professores novas habilidades e metodologias não contempladas em sua

formação inicial, inclusive em relação à avaliação, pois o resultado da educação escolar está voltado para a vida e não mais para a assimilação de conteúdos, e,

Essas demandas exigem que as escolas de Ensino Médio ampliem as situações nas quais os jovens aprendam a tomar e sustentar decisões, fazer escolhas e assumir posições conscientes e reflexivas, balizados pelos valores da sociedade democrática e do estado de direito. Exigem ainda possibilitar aos estudantes condições tanto para o adensamento de seus conhecimentos, alcançando maior nível de teorização e análise crítica, quanto para o exercício contínuo de práticas discursivas em diversas linguagens. Essas práticas visam à participação qualificada no mundo, por meio de argumentação, formulação e avaliação de propostas e tomada de decisões orientadas pela ética e o bem comum. (BRASIL, 2018, p.51).

Isso mostra a complexidade em relação à implantação da BNCC na prática, pois exige elementos formativos novos aos profissionais docentes que precisam receber uma formação teórica e prática que os auxilie a vivenciar e desenvolver esse processo dentro da escola, pois,

[...] é fundamental que sejam garantidas aos estudantes oportunidades de experienciar fazeres cada vez mais próximos das práticas da vida acadêmica, profissional, pública, cultural e pessoal e situações que demandem a articulação de conhecimentos, o planejamento de ações, a auto-organização e a negociação em relação a metas. Tais oportunidades também devem ser orientadas para a criação, para o encontro com o inusitado, com vistas a ampliar os horizontes éticos e estéticos dos estudantes. (BRASIL:2018, p. 478)

É preciso ter em mente que o objetivo da educação é a formação integral e a emancipação do ser, isso perpassa por um processo avaliativo que permita a verdadeira expressão do aluno em sua individualidade e singularidade, podendo demonstrar de diferentes maneiras sua capacidade de aprender e se desenvolver de forma autônoma, protagonizando seu próprio aprendizado.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta da BNCC – Base Nacional Comum Curricular traz um processo avaliativo mais arrojado e condizente com os novos tempos, sendo fundamental que se retome as discussões acerca da avaliação da aprendizagem, repensando a prática avaliativa, buscando compreender o quanto já se avançou e o quanto ainda é preciso caminhar.

O percurso traçado nos documentos legais desemboca na BNCC e apontam para mudanças estruturais e metodológicas, pois se a educação tem como objetivo formar o cidadão para os novos tempos, a forma de avaliar o aluno também deve ser compatível com essa demanda. As diretrizes propostas na BNCC –, vem ampliar e potencializar esses novos rumos. O processo avaliativo escolar precisa se adequar de forma a se tornar um instrumento útil ao fortalecimento da aprendizagem e ao desenvolvimento integral do aluno, não podendo ser meramente uma forma de mensurar o aprendizado de forma quantitativa.

Em suma, a proposta de avaliação presente na BNCC aponta para a valorização do protagonismo do aluno, e dos aspectos qualitativos. Sugere instrumentos como a autoavaliação, as rubricas, o uso de plataformas digitais, dos Forms, Quizzes, Gamificação, Monitorias, entre outros. Esses instrumentos surgem como um desafio aos docentes, que ainda se encontram em processo de inserção no mundo digital, ao qual os alunos já dominam.

Assim, para que possa avaliar seus alunos de forma coerente com as novas demandas educacionais, essa implementação exigirá dos professores a adaptação aos novos instrumentos mediante formação e a prática diária. Também os sistemas de ensino precisam repensar a forma de sistematizar os resultados avaliativos para que não prevaleça apenas a representação numérica, que limita o aluno a uma nota mínima para a aprovação/promoção. Essa premissa impõe ao professor, e aos sistemas de ensino, um novo desafio, que exigirá de todos, um esforço conjunto para adequar as práxis educativas às novas demandas, a fim de garantir o sucesso do aluno.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018

_____. Ministério da Educação. **Lei nº 9394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1996.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), atualizada pela Lei nº 13.415/2017**. Brasília, 2017.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Brasília: MEC/SEF, 2018.

_____. Ministério da Educação. **Guia de Implementação da BNCC**. Brasília: MEC/UNCME/UNDIME/CONSED, 2020.

GOIÁS. **Documento Curricular para Goiás Etapa Ensino Médio**. SEDUC/SUPEM. Goiânia, 2021.

_____. **Documento Orientador dos Itinerários Formativos e Trilhas de Aprofundamento do Novo Ensino Médio**. SEDUC/SUPEM. Goiânia, 2022.

UNESCO (1998) – **Um tesouro a Descobrir** - Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. 1998.
Disponível em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000109590_por> Acesso em dezembro/2021.

UNIBANCO INSTITUTO - **Observatório de Educação – BNCC**: objetivos e desafios para a sua implementação. Artigo. Net/2022. Disponível em: <<https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/em-debate/bncc-desafios-para-implementacao>> Acesso em 12/04/2022